

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ESPUMOSO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ref. Edital de Pregão Presencial nº 041/2018

Processo administrativo nº 114869/2018

FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.072.082/0001-54, estabelecida à Av. XV de Novembro n.º 468 – Sobre Loja - Centro, na Cidade e Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, por seu representante legal, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria formular **IMPUGNAÇÃO** ao edital de Pregão Presencial nº 041/2018, com base no artigo 41, § 2º, da Lei nº 8666/93, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos.

I – SÍNTESE DOS FATOS

O Município de Espumoso/RS publicou o Edital de Pregão nº 041/2018, cujo objeto consiste na *“Contratação de empresa especializada em prestação de serviço, locação com instalação, manutenção preventiva e corretiva, incluindo atualização tecnológica, coleta on-line de dados por transmissão remota em equipamentos controladores de velocidade devidamente certificados pelo INMETRO no perímetro urbano do Município de Espumoso, RS”*. Adotou-se, como critério de julgamento, o menor preço. A apresentação da documentação e das propostas está prevista para ocorrer no dia 19 de outubro de 2018, às 9 horas.

A Impugnante tem interesse em participar da licitação. No entanto, no instrumento convocatório não constam elementos essenciais que possibilitem a elaboração de uma proposta sólida e isenta de dúvida - tanto pela Impugnante quanto por qualquer outra empresa que se interesse pela contratação.

Por este motivo, e considerando, de um lado, a necessidade de observância do prazo legal previsto no artigo 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao Pregão¹, e de outro, o

¹ Lei nº 10.520/2002. Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

dever da Administração Pública de possibilitar a disputa igualitária entre os potenciais interessados no contrato, observando prazo razoável a que os licitantes formulem adequadamente suas propostas, é que se apresenta esta Impugnação, objetivando a adequação do edital nos itens a seguir identificados.

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA IMPUGNAÇÃO

2.1. Tipo de licitação. Menor preço global. Junção indevida de objetos. Violação ao princípio da competitividade.

O ente público licitante entendeu por bem reunir equipamentos com características distintas no mesmo procedimento licitatório. Para a consecução das finalidades propostas, e a teor do que ressaí do Projeto Básico, pretende a utilização dos seguintes equipamentos de fiscalização:

- EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO DE VELOCIDADE DISCRETO;
- EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO EM CRUZAMENTO SEMAFÓRICO;
- CONJUNTO SEMAFÓRICO;
- EQUIPAMENTO FIXO MEDIDOR DE VELOCIDADE COM DISPLAY.

Todos esses equipamentos **podem ser fornecidos por diversas empresas que atuam neste setor de prestação de serviços.**

Ocorre que o Município de Espumoso, ao lançar a licitação com critério de julgamento pelo menor preço global, acabou pretendendo a contratação de uma única empresa, que deverá concentrar a entrega de todos os equipamentos necessários ao cumprimento do objeto, o que acaba por interferir na competitividade do certame.

E tal conclusão é lógica na medida em que, ao invés de se oportunizar que várias empresas possam contratar com a Administração Pública, prefere o ente público prestigiar uma empresa de grande porte, que se proponha a realizar todos os serviços, **desconsiderando o fato de que, atualmente, a tendência de todos os segmentos empresariais é a especialização.**

Com efeito. Apesar de existir conexão entre os equipamentos licitados, o fato é que tais equipamentos são ou podem ser perfeitamente disponibilizados, cada um deles, por empresas distintas.

Isso porque, de fato, existem empresas especializadas no serviço de monitoramento eletrônico por radar fixo, assim como existem empresas com aptidão para prestar os serviços de fornecimento e instalação de cruzamentos semaforicos. Em ambos os casos, algumas empresas inclusive desenvolvem o software necessário para a prestação destes serviços. Deste modo, em cada um destes serviços, as empresas desenvolvem sua expertise.

Enfim, há um sem-número de variáveis em relação às empresas voltadas ao fornecimento dos equipamentos que compõem o objeto da licitação, sendo forçoso concluir que a decisão da Administração, de unificar a contratação dos vários itens previstos na licitação em favor de uma só empresa, é conduta irregular, atentatória da lei de licitações.

Tal se dá porque o artigo 15, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 estabelece como diretriz para as contratações públicas: *“IV – ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.”*

Exatamente no mesmo sentido prescreve o artigo 23, § 1º, também da Lei nº 8.666/93:

§ 1º. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Ora, é exatamente esta a situação concreta. Diferentemente do que entende a Administração, os itens licitados podem, cada um deles, ser prestados por empresas diferentes, eis que não há entre eles qualquer relação de dependência.

Este fato permite antever, sem sombra de dúvidas, ser indevido e ilegal o agrupamento de serviços independentes entre si num mesmo contrato.

A matéria é, inclusive, objeto da súmula nº 247 editada pelo Tribunal de Contas da União:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo e propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Como já dito, **o objeto licitado compreende uma série de itens que, a partir de uma análise inicial, podem mesmo ser considerados individualmente. Assim, a sua licitação conjunta, sob um critério de julgamento por preço global, prejudica a competitividade e a isonomia do certame**, haja vista que os interessados devem se habilitar à prestação de todos eles, afastando aqueles que poderiam executar, singularmente, apenas um ou alguns dos serviços licitados.

Por outro lado, **nada há no edital que justifique uma eventual inviabilidade técnica e/ou econômica para o parcelamento do objeto que, claramente, é divisível**. E nem se diga, por mera alegação, que o fracionamento do objeto não seria vantajoso para a Administração, pois que tal argumento não é suficiente para afastar a ilegalidade verificada.

Marçal Justen Filho avalia a situação da subdivisão do objeto licitado nos seguintes termos:

O art. 23, § 1º, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência. A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única.²

Neste cenário, estando clara a obrigatoriedade legal de subdivisão do objeto, segundo suas características técnicas, pode-se afirmar, sem receio de errar, que **o edital ora debatido é ilegal e merece ser corrigido pela via da impugnação. Tal se dá porque, mesmo diante de objeto**

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 366.

claramente divisível optou-se, sem a menor fundamentação técnica ou econômica, pelo julgamento global das propostas, concentrando todos os serviços em apenas um contrato administrativo.

Daí porque, há de ser reconhecida a ilegalidade consubstanciada na concentração de diversos itens distintos em um só contrato, em afronta aos artigos 15, IV, e 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Neste contexto, busca-se na presente Impugnação a retificação do objeto do Edital, segmentando-o em tantos itens independentes quantos forem possíveis, a republicação do instrumento convocatório e a reabertura do prazo para apresentação das propostas pelos interessados. Se não se entender viável a retificação do Edital, a solução será a sua anulação, o que fica desde logo requerido.

2.2. Ausência de elementos fundamentais à formulação de proposta.

Bem se sabe que, para a Administração, a licitação se inicia antes da publicação do Edital, uma vez que muitos assuntos devem ser resolvidos de início, tais como características do objeto licitado, projetos, dotações orçamentárias, tipo de licitação a realizar, entre tantos outros. Especificamente no caso das licitações feitas sob a modalidade “pregão”, a Lei nº 10.520/2002 é expressa em detalhar os procedimentos a serem adotados durante a fase interna do certame:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - **dos autos do procedimento constarão** a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como **o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;** e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

De outra parte, para o particular interessado em contratar com a Administração Pública, a licitação se inicia com a publicação do ato convocatório. E é neste documento que devem se encontrar todos os dados, aspectos e características da contratação que se pretende engendrar. Ou seja, é a partir do que consta no Edital que o particular decidirá se participa ou não do certame e, em caso positivo, formulará sua proposta.

Daí ser voz corrente na doutrina que o Edital é a lei interna da licitação, pois que ele, a par de sua quase imutabilidade administrativa, deve ser o mais claro, preciso e objetivo possível, de modo a que o particular consiga formular sua proposta isento de dúvida. A propósito, Marçal Justen Filho assenta:

“O edital contém as regras fundamentais acerca da licitação, disciplinando as exigências que serão impostas aos interessados e as regras procedimentais que serão adotadas. Sob esse ângulo, edital e convite retratam o exercício de poderes discricionários que, uma vez exercitados, exaurem-se. A normatividade do ato convocatório não significa inovação no mundo jurídico, função privativa da lei. Consiste na seleção pela Administração das opções a que se vinculará posteriormente. A obrigatoriedade do ato convocatório não é dirigida propriamente aos terceiros, mas especificamente à Administração Pública. No ato convocatório, são fixadas as regras que nortearão a conduta da própria Administração. A lei é o fundamento normativo ‘externo’ do ato convocatório. Os particulares sofrem indiretamente os efeitos das regras nele contidas. Tomam conhecimento de que a Administração selecionará a proposta mais vantajosa segundo características certas e definidas no ato convocatório. Para os particulares, cumprir tais parâmetros representa uma espécie de ônus. Terão a possibilidade de obter uma situação mais vantajosa na medida em que atendam às exigências previstas no edital. Numa fase inicial, o descumprimento às exigências e regras contidas no ato convocatório não acarreta ‘sanção’ aos licitantes, mas sua inabilitação ou desclassificação.”³

Sobre a necessidade de clareza do Edital, é entendimento do Tribunal de Contas da União, onde o Ministro Guilherme Palmeira, ao julgar o acórdão nº 1.474/2008, asseverou:

“O edital da licitação deve ser claro e objetivo, de modo que se possa, de maneira direta e sem maiores esforços interpretativos, compreender os critérios e as exigências nele postas, conforme expressa disposição da Lei 8.666/93, que exige a descrição sucinta e clara do objeto da licitação (inc. I, art. 40).”

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 705.

A necessidade de clareza e objetividade, ou melhor, a ausência de lacunas ou antinomias entre as cláusulas editalícias é algo tão inerente à regularidade do processo licitatório, que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 40, inciso VIII, prescreve que o próprio Edital deve indicar expressamente os mecanismos postos à disposição do particular para a resolução de dúvidas a respeito de seus termos. Ou seja, para que o particular possa formular pedidos de esclarecimento sobre o Edital.

Essa constatação decorre do fato de que, havendo dúvida quanto à correta interpretação do Edital, frustra-se o direito do particular licitante de conhecer inteira e adequadamente o objeto licitado, assim como as condições em que se desenvolverá a contratação. Ao assim agir, o ente licitante está, em última análise, violando o princípio da objetividade da disputa. Quando não se conhece o exato significado das previsões editalícias, perde-se completamente a faculdade de bem formular a proposta.

Neste sentido, colhe-se entendimento de Marçal Justen Filho:

“O ato convocatório deverá conter todas as informações relevantes e pertinentes à licitação. Nenhuma decisão poderá inovar o conteúdo do ato convocatório. Se existir informação relevante para a elaboração das propostas ou participação dos interessados e se isso não constar do ato convocatório, haverá vício invencível. Apesar disso, os interessados poderão sentir necessidade de outras informações complementares. Por isso, a unidade administrativa deverá dispor-se a prestar esclarecimentos e informações. Se, porém, os esclarecimentos importarem alteração nos termos do ato convocatório, existirá vício e provável nulidade.”⁴

Toda essa necessidade de clareza e objetividade do Edital, da qual decorre, eventualmente, a circunstância de a Administração ver-se compelida a retificar o ato convocatório prende-se a um elemento fundamental de qualquer disputa de contrato público, qual seja, o julgamento imparcial, objetivo.

É que o artigo 3º, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que aqui se aplica subsidiariamente, veda terminantemente a inclusão no Edital de cláusulas que infrinjam o caráter competitivo do certame, ou que possibilitem a ocorrência de julgamento subjetivo por parte da comissão de licitações.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16. ed.rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 721.

Ademais, como bem estabelece o artigo 4º do mesmo diploma legal, é direito público subjetivo de todo cidadão a *“fiel observância do pertinente procedimento estabelecido”* na lei de licitações.

Ora, se a lei de regência dos processos licitatórios proíbe a existência, nos editais, de cláusulas ou condições que comprometam indevidamente a competitividade do certame, ou que ensejem ingerências subjetivas nos julgamentos (da habilitação e das propostas) a serem proferidos no curso do processo, é evidente que, constatada a ocorrência de qualquer destas situações, deve a Administração agir, de ofício ou por provocação dos interessados, para corrigir o equívoco.

No caso concreto, o Edital de Pregão Presencial nº 041/2018, de um lado, carece de informações fundamentais à correta formulação das propostas pelas licitantes interessadas, e de outro, contém previsões que permitem, indubitavelmente, avaliações subjetivas, contrárias à lógica do processo licitatório. Ainda, também estão presentes exigências que contrariam os preceitos da lei geral de licitações.

Daí porque, o acolhimento da presente impugnação é indispensável para que o Município de Espumoso viabilize o procedimento administrativo e a celebração do contrato administrativo isento de máculas.

Veja-se.

2.2.1. Ausência de planilha orçamentária detalhada com os custos unitários.

De início, constata-se que **o edital não foi instruído com planilhas de composição de custos unitários dos serviços licitados**. O que se tem, no Anexo I, são simples quadros de valores máximos por equipamento solicitado pela Administração.

Pode-se afirmar, sem receio do equívoco, que a planilha de composição dos custos unitários dos serviços licitados compõe, em conjunto com a descrição técnica desses serviços, o grupo mais importante de informações editalícias a serem disponibilizadas aos licitantes, pois que, sem elas, é impossível formular uma proposta sólida, clara, transparente e objetiva.

Quando não se informa corretamente aos interessados na licitação quais são as características dos serviços, e quais são os custos que o Poder Público considera incluídos no

contrato, abre-se caminho para as contratações desastrosas. E é exatamente isso que se vê no Edital de Pregão Presencial nº 041/2018. Lê-se no item 1.3 do Edital:

1.3. MANUTENÇÃO, PROCESSAMENTO DE DADOS E OUTROS:

[...]

l) Faz parte integrante deste objeto os equipamentos e materiais a serem utilizados, a mão de obra e utensílios necessários à execução dos trabalhos, equipamentos de proteção individual necessários, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros e, ainda, o seguro do pessoal utilizado no serviço, contra riscos de acidente de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Prefeitura Municipal de Espumoso- RS. [...]

Por sua vez, colhe-se do Anexo I- Projeto Básico, que são obrigações da empresa contratada, entre outras:

[...]

5.4.5. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços;

[...]

5.4.10. Respeitar e exigir que o seu pessoal observe e respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, sempre quando necessário, os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's de segurança;

5.4.11. Deverá obrigatoriamente manter em dia o registro em Carteira de Trabalho (CTPS) dos seus empregados que executarão os serviços objeto dessa licitação;

5.4.12. Responder pelo pagamento de salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade e observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidente do trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços;

5.4.13. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

5.4.14. Manter em perfeitas condições os equipamentos a que vier a fazer uso, pertencentes à Prefeitura Municipal de Espumoso, devendo para isso promover a reparação, correção ou substituição, as suas expensas, no total ou em parte, se necessário;

[...]

Todas estas obrigações citadas acima, elencadas no instrumento convocatório, não foram dimensionadas pelo ente público licitante em planilhas de custos.

Em contrapartida, o item 5.1. do Edital confirma que o VALOR MÁXIMO GLOBAL fixado para a prestação do serviço está disposto em conformidade com o Projeto Básico, Anexo I e será de até R\$ 78.036,07 (setenta e oito mil, trinta e seis reais e sete centavos) mensal e R\$ 936.432,84 (novecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos) anual. Enquanto que o item 6.13 do instrumento convocatório afirma que será desclassificada a proposta que não atender às exigências contidas no objeto da licitação, que for omissa em pontos essenciais, que for elaborada em desacordo com os termos do edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes ou que não atender aos requisitos do item 5, que contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços inexequíveis.

Ou seja, de um lado, o instrumento convocatório confirma que não serão aceitas as propostas que contemplarem valores superiores aos estimados pela Administração, e de outro, confirma que a empresa licitante terá obrigações que envolvem acréscimo no seu custo, cuja contrapartida que não está contemplada nas tabelas apresentadas no Anexo I.

Em nenhum momento o ente público licitante informou quais seriam os custos que perfizeram as estimativas de preços apresentadas no Anexo I do Edital. Naquele Anexo consta apenas valores máximos por equipamento, e o valor máximo global. **Não há nem sequer indicação da origem destes valores de referência!**

Ademais, para os **conjuntos semafóricos** previstos no item 4.3 do Anexo I – Projeto Básico, sequer existe valor estimado para a contratação, entendendo-se que seu custo estaria “embutido” no equipamento descrito no item 4.2.

Ausente a planilha orçamentária, não há nenhum elemento indicativo de como se chegou àqueles valores que constam nas tabelas do Anexo I ao Edital aqui impugnado. Ou melhor, não há planilha que esclareça qual foi a composição de custos que a Administração considerou incluídos no preço e que justifique os preços máximos estipulados, e que deve ser observado, sob pena de desclassificação.

É antiga a exigência de que a Administração Pública, ao pretender licitar algum serviço, elabore planilha detalhada dos custos do serviço, que servirá de norte à formulação das propostas pelos interessados, e que balizará o julgamento objetivo dessas propostas, bem como pautará o pagamento pelos serviços prestados no curso do futuro contrato administrativo. Justamente por isso, o artigo 7º, § 2º, da Lei nº 8666/93 estabeleceu:

Art. 7º. (...)

§ 2º. As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a **composição de todos os seus custos unitários**; (...)

E, para que não restassem dúvidas quanto à publicidade e a importância da disponibilização destes orçamentos aos interessados na licitação, o artigo 40, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 tornou obrigatória a divulgação pela Administração, como anexo do Edital, do **orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários**.

Posteriormente, com a regulamentação do Pregão pela Lei nº 10.520/2002, a necessidade de elaboração de planilhas de custos no processo licitatório foi reiterada pelo seu artigo 3º, inciso III, o qual determina que nos autos do procedimento de montagem e realização do certame deve constar o orçamento elaborado pela entidade licitante.

Passados mais de dez anos desde a edição da Lei nº 10.520/2002, a doutrina e a jurisprudência têm pacificado o entendimento de que, no caso do pregão, tal qual nas demais modalidades de licitação, é obrigatório que a Administração elabore orçamento do serviço licitado, estimado em planilha de quantitativos e preços unitários, e que deixe esta planilha à disposição de quaisquer interessados, sendo facultativa, apenas, a sua inclusão ou não no texto do Edital. A esse respeito, colhe-se precedente do Tribunal de Contas da União, elucidativo quanto ao assunto:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI DE LICITAÇÕES. POSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM ALIENAÇÃO. INCOMPATIBILIDADE ENTRE DISPOSITIVOS DO EDITAL. CONTRATO. EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES.

1. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo. (TCU, Acórdão 114/2007 – Plenário)

No caso concreto, **o Edital nº 041/2018 não contém orçamento dos custos unitários dos serviços que estão sendo licitados, nem tampouco disponibiliza aos interessados qualquer meio de acesso a essas informações.** Limita-se a afirmar que todos os custos decorrentes da execução do serviço correrão por conta da contratada, sendo evidente que, nos moldes propostos, é impossível formular proposta sólida, motivo pelo qual há clara afronta à legislação.

Nem se alegue, para fechar a questão, que os valores mencionados no Anexo I do Edital supririam a necessidade de orçamento. É evidente que ditos valores fixos não substituem o orçamento dos custos unitários envolvidos para a execução dos serviços licitados, na medida em que o Poder Público não está pura e simplesmente comprando algum bem de consumo, com preços fixos e expostos em etiquetas ou prateleiras de lojas. **Está, isso sim, contratando um serviço complexo, cujos custos sofrem influência de uma quantidade bastante considerável de variáveis, tais como mão-de-obra, insumos, equipamentos, infraestrutura física, custos de implantação, etc.**

Daí porque, a exigência de orçamentos prévios é inafastável!

A isso se deve acrescentar que, por conta da ausência de planilha orçamentária para a formulação da proposta, os licitantes interessados no objeto do certame não possuem condições de se chegar a um preço sólido, capaz de contemplar suas despesas e sua lucratividade.

Em vista do exposto, pugna-se pelo acolhimento da presente Impugnação para o fim de retificar o Edital, instruindo-o com as planilhas de quantitativos e custos unitários dos serviços licitados.

2.2.2. Serviços sem quantificação e sem previsão de remuneração: obras civis, sinalização viária, instalação e realocação dos equipamentos.

Além de não haver planilha de custos detalhada, que contemple todos os custos unitários inerentes aos serviços licitados, o instrumento convocatório também exige da empresa contratada a prestação de alguns serviços que não estão devidamente dimensionados, tampouco cotados nas planilhas do Anexo I, o que nos leva a crer que a Administração pretende a realização de serviços gratuitos.

Veja-se que o item 1.2 do instrumento convocatório consigna ser de responsabilidade da empresa contratada:

1.2. INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS:

- a) As obras civis (meio-fio, tubulações, dutos, sensores, bases de apoio, instalação elétrica, entre outras necessárias para instalação do equipamento), bem como **sinalização viária (vertical e horizontal), serão de responsabilidade da empresa contratada**, durante toda a vigência contratual; [...]
- c) É responsabilidade da Contratada o **ponto de energia elétrica** (bem como sua obtenção junto à empresa concessionária de energia), assim como o **pagamento do consumo de energia elétrica pelos equipamentos**;

Já do item 1.3 colhe-se a seguinte observação: *“para melhor resultado e desempenho do objeto, se houver necessidade, a empresa licitante deverá fazer as realocações, **sem custo para o Município.**”*

Por sua vez, no Anexo I – Projeto básico, consta como obrigação da empresa contratada realizar manutenção preventiva, corretiva e/ou troca de qualquer máquina, equipamento, aparelho ou material utilizado na execução do objeto, que se encontram danificados ou que fores furtados, num prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Veja-se que o serviço de manutenção não está previsto nas planilhas apresentadas com o Edital e seus anexos.

Como se percebe, a Administração pretende transferir à empresa que vier a ser contratada na presente licitação vários custos relativos aos serviços, que não estão contemplados na planilha apresentada no Anexo I. **Não obstante estejam claras as obrigações da contratada, não há**

qualquer estimativa de quantitativos e de custos para serviços apontados acima, como também não há previsão de remuneração nas planilhas apresentadas com o Anexo I.

Ou seja, a verdade é que o Edital cria obrigações absolutamente genéricas para a empresa contratada, sem nenhum dimensionamento, e sem contraprestação! Há evidente falha de especificação do objeto licitado. Circunstância que, evidentemente, é repelida pelo ordenamento jurídico.

Acerca da definição do objeto da licitação, Marçal Justen Filho, acertadamente, afirma que há de ter-se cautela com a previsão literal, no sentido de que o edital deve descrever o objeto da licitação de modo sucinto e claro. A partir dessa definição, os interessados formularão suas propostas, a Comissão examinará sua regularidade e, eventualmente, será escolhido o vencedor. Nada poderá ser decidido além do constante no edital. E por isso assenta:

“Assim é que a descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação *a posteriori*. Entre a opção de uma descrição sucinta e uma descrição minuciosa, não pode haver dúvida para a Administração Pública: tem de escolher a descrição completa e minuciosa. Certamente, a descrição deve ser clara. No caso, ‘sucinto’ não é sinônimo de ‘obscuro’. Se a descrição do objeto da licitação não for completa e perfeita, haverá nulidade, nos termos adiante apontados.”⁵

É entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde o Relator Ministro Ubiratan Aguiar, ao prolatar o Acórdão nº 531/2007, assentou que *“a definição do objeto deve ser precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato.”*

Ainda sobre a definição do objeto licitado, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

“Em sendo assim, é imprescindível que o objeto esteja adequadamente definido para que os potenciais licitantes possam definir o seu interesse em participar do certame. Viola o princípio da publicidade e transparência exigir que os licitantes acudam a habilitação sem que eles sequer possam, ante a imprecisão do objeto, avaliar a adequação da futura

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 709.

contratação a sua atuação no mercado. Tal incerteza redundaria em afastar eventuais fornecedores e poderia comprometer a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.”⁶

Aliás, a matéria é tão relevante que o Órgão de Controle da União editou a Súmula nº 177, *litteris*:

“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui **regra indispensável da competição**, até mesmo como **pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes**, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.”

O que ressaí disso tudo é que, infelizmente, o ente público licitante não logrou definir adequadamente o serviço que está licitando, fato esse que, certamente, implicará má formulação das propostas e, conseqüentemente, má prestação dos serviços.

Veja-se que o objeto da licitação envolve, essencialmente, a disponibilização de equipamentos de fiscalização ao Poder Público, por prazo determinado. Findo o contrato, tal como ocorre nas locações, os equipamentos são retirados pela empresa contratada. Contudo, a Administração não esclareceu o destino a ser dado aos equipamentos de sinalização do trânsito ao final do contrato.

O edital não esclarece: qual destino a ser dado às placas de trânsito que vierem a ser instaladas em cumprimento ao contrato? Deverão permanecer instaladas ao final do contrato? Tais informações são relevantes, na medida em que, a depender do destino a ser dado a estas placas ao final do contrato, haverá variação de custos. Isso sem falar na depreciação e na depredação dos objetos que invariavelmente gerarão custos adicionais para a empresa.

Os serviços de assistência técnica com o fornecimento de peças, disponibilização de pessoal especializado e infraestrutura de veículos, igualmente é bastante dispendioso, pois que envolve custo com contratação de pessoal, aquisição de veículo, manutenção do veículo, abastecimento, e outros insumos. E também não encontra amparo nas planilhas orçamentárias do Anexo I.

⁶ TCU – Acórdão nº 477/2008, Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler.

Sobre a previsão editalícia a respeito das realocações dos equipamentos, sem custo para o Município, merece apontamento a ausência de quantificação. É que os custos de instalação, segundo o edital, compõem parcela de despesa da contratada, e não são poucos. Assim, a previsão editalícia genérica a respeito das realocações “*para melhor resultado e desempenho do objeto*”, implica em parcela de custo não quantificado, não sendo possível apresentar uma proposta de preços considerando tal exigência.

Deveria o instrumento convocatório ter estabelecido quantas realocações podem ser solicitadas ao longo do contrato, sem custo para o contratante, pois que a empresa precisa prever essa possível despesa em sua proposta.

Como se vê, a ausência de orçamentação dos custos para implantação da sinalização viária dos locais sujeitos à fiscalização eletrônica do trânsito bem como aqueles decorrentes da assistência técnica, impedem a formulação de proposta sólida, ao tempo que demonstra o equívoco do instrumento convocatório no que pertine ao dimensionamento do serviço licitado.

Para finalizar este item, merece destaque também a obrigação de manter estrutura de pessoal técnico e operacional, obedecendo às leis trabalhistas, previdenciárias e sociais, correndo por sua exclusiva conta todas as despesas correspondentes, inclusive quantos aos equipamentos de proteção e segurança de seus funcionários, atendendo as leis e normas de segurança, higiene, do trabalho e trânsito.

Mais uma vez, o ente público licitante, embora admita a necessidade de contratação de pessoal para a execução dos serviços licitados, pretende transferir este custo integralmente à empresa contratada, pois que não existe previsão relativa a este item nas planilhas apresentadas no Anexo I do instrumento convocatório. E tal pretensão fere a sistemática da lei geral de licitações.

Sobre a demonstração da compatibilidade entre oferta e custos, Marçal Justen Filho⁷ afirma:

A licitação não se destina pura e simplesmente a selecionar a proposta de menor valor econômico, mesmo quando adotado o tipo menor preço. Visa a selecionar a proposta de menor valor que possa ser executada satisfatória e adequadamente.

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 822/823.

Justamente por isso, o ato convocatório deverá impor ao licitante o ônus de demonstrar a formação de seus custos diretos e indiretos, assim como a margem de lucro prevista. Usualmente, essa demonstração envolve a apresentação de planilhas com preços unitários, onde o particular formula projeções quanto a quantitativos de itens necessários à execução da prestação, indicando o custo necessário a tanto. Esses demonstrativos deverão indicar tanto os custos diretos como aqueles indiretos, relacionados inclusive em a carga tributária..

Lembre-se que a exigência de apresentação desses demonstrativos destina-se a preencher diversas finalidades. Trata-se de não apenas evidenciar a viabilidade econômico-financeira da proposta, mas também a controlar a adequação da concepção do particular em vista das exigências técnico-científicas e de adotar um fundamento para eventuais modificações necessárias ao longo da execução do contrato.

Daí porque, pugna-se pelo acolhimento da presente impugnação, para o fim de estabelecer adequada definição do objeto licitado, mediante quantificação e precificação expressa de todos os serviços previstos no Anexo I – Projeto Básico, a serem executados pela empresa vencedora do certame.

2.2.3. Vícios na exigência a respeito da comprovação de qualificação técnica.

Colhe-se do item 7.6 do instrumento convocatório:

7.6.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

[...]

7.6.2. No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica e respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), pela execução de serviços, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, ou seja, no CREA. **O atestado deverá ser de obra já concluída**, comprovar a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

[...]

7.6.4. Comprovação pela empresa licitante, de possuir em seu quadro permanente, até a data da entrega dos invólucros, **o profissional de nível superior** citado no subitem 7.6.3, devendo ser feita por meio da apresentação do Contrato Social, ou da Carteira de Trabalho, ou do Contrato de Trabalho ou da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e expedida pelo CREA. Caso responsável técnico tenha a Certidão de Registro no CREA, expedido por Conselhos de outras regiões cuja circunscrição não seja do Estado do Rio Grande do Sul, **deverá esta receber o visto do CREA/RS (Resoluções n.ºs. 266/79 e 413/97 – CONFEA)**

[...]

7.6.7. Atestado de Responsabilidade Técnica e respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), pela execução de serviços, em nome do responsável técnico, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, ou seja, no CREA. **O atestado deverá ser de obra já concluída**, comprovar a aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação. Caso este profissional conste como responsável técnico no Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante, esse atestado já constituirá como atestado de responsabilidade técnica. Todas as declarações supracitadas deverão ser emitidas pela empresa licitante e assinadas, no mínimo, pelo seu representante legal.

Neste contexto, ressalta-se que são duas as ilegalidades a respeito das exigências de qualificação técnica: a) comprovação de vínculo com profissional de nível superior, quando feito por Certidão de Registro no CREA, deve ter **visto do CREA/RS**, caso seja expedida por Conselhos de outras regiões (item 7.6.4); e b) apresentação de Atestado de capacidade técnica da empresa e atestado de responsabilidade técnica do profissional, **de obra já concluída** (itens 7.6.2 e 7.6.7).

A afronta ao artigo 30 da Lei nº 8.666/93 é evidente. Isso porque, não se olvida que pode a Administração Pública exigir a comprovação de aptidão para a realização do serviço que está sendo licitado. Entretanto, a lei de regência traz alguns limitadores para tais exigências. Veja-se:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de **aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou

outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos**;

§ 2o As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4o Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5o **É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.**

§ 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

[...]

A legislação permite a exigência de atestado de capacidade técnica com a finalidade de comprovar aptidão para o desenvolvimento de atividades compatíveis em características, quantidades e prazo semelhantes com o objeto licitado, sendo vedada a exigência de comprovação de atividade com limitações não previstas na lei, que inibam a participação na licitação.

Neste cenário, importa esclarecer que os serviços ora licitados geralmente são prestados de forma continuada, cujos contratos administrativos podem chegar no prazo de vigência de até 60 meses. Neste caso concreto, o prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado, conforme ressaí da minuta do contrato que segue em anexo ao Edital.

Assim, em razão da forma de execução dos serviços licitados, não existe justificativa para exigir um atestado de conclusão. Primeiro porque o objeto licitado é o fornecimento de equipamentos com a manutenção do sistema de transmissão de dados para fiscalização eletrônica de velocidade, o que não se confunde com a execução de obra. Esses serviços são prestados mensalmente, pelo período de vigência do contrato.

Ou seja, a empresa que executar os serviços mensais, demonstra que detém aptidão para a sua realização no quantitativo mensal. A soma dos meses, ao final do contrato administrativo (o que se entende por “obra concluída”), não tem relevância, pois que diz respeito apenas ao tempo da contratação, e não sobre a capacidade da empresa de realizar os serviços daquela natureza.

De forma que, se permanecer a exigência conforme aposta no edital, para que as empresas e seus profissionais técnicos apresentem atestado de capacidade técnica e atestado de responsabilidade técnica “de obra já concluída”, estar-se-á excluindo do certame empresas que possuem *know how* a respeito do objeto licitado, mas que estejam em plena execução dos serviços.

A verdade é que a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica de obra/serviço já concluído limita a participação de potenciais empresas, que interessadas no objeto licitado, deixarão de participar do certame porque estão em plena execução de contratos de objeto similar.

Conclusão idêntica advém da exigência de visto pelo CREA/RS na Certidão de Registro no CREA do responsável técnico da empresa licitante, quando expedido por Conselhos de outras regiões cuja circunscrição não seja do Estado do Rio Grande do Sul.

Isso porque, o Município de Espumoso está criando uma barreira para a comprovação de qualificação técnica que não encontra amparo legal. Ora, o artigo 30, §5º, veda a solicitação de exigência de comprovação de atividade em local específico. Ou seja, a verdade é que o profissional de engenharia, apontado como responsável técnico da empresa licitante, deve ter seu registro perante o CREA da circunscrição onde atua. Esta certidão de registro, uma vez que emitida pelo Conselho de Classe competente, merece fé em todo o território nacional, não havendo motivo plausível para se exigir o visto do CREA/RS, no momento da habilitação.

Até se admite que o profissional, **após a contratação**, deva estar registrado perante o órgão de classe do local da prestação dos serviços (aliás, esta é a previsão editalícia a respeito do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, aposta no item 7.6.1). Contudo, a bem do princípio da ampla competitividade e da isonomia, referida exigência não pode perdurar para a fase de habilitação.

Logo, objetiva-se o acolhimento da presente impugnação para o fim de retificar o Edital de Licitação, nos itens apontados.

2.2.4. Exigência de atestado de visita.

A Lei de Licitações, em seu artigo 30, inciso III, prevê a possibilidade de a Administração Pública requerer a comprovação de que o licitante recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições do local para o cumprimento do objeto licitado, nos seguintes termos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que, recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. [...]

Ancorado neste diploma legal, a Administração Pública licitante inseriu o item 7.6.5 do edital, estabelecendo como condição geral para participação no certame, a realização de visita técnica, **a ser feita pelo engenheiro responsável técnico**, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública:

7.6.5. Atestado de Pleno Conhecimento dos Locais e de suas Condições, fornecido pelo Município através do Departamento de Trânsito, comprovando que a empresa licitante, **através do Responsável Técnico Residente** cujo nome, e inscrição no CREA deverão constar no documento (Lei nº 5194/66 e resolução nº 218/73 – CONFEA), visitou e vistoriou os locais onde serão instalados os equipamentos, tomando conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldade dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente edital. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública. A empresa licitante deverá agendar previamente a visita no departamento de Trânsito ou pelo telefone 54-3383-4450 a partir do dia 08/10/2018 até dia 18/10/2018.

Importa esclarecer que o atestado de visita técnica, embora esteja enquadrado pela Lei de Licitações como documento relativo à comprovação da qualificação técnica do licitante, é bastante questionado pela doutrina. Por exemplo, Marçal Justen Filho afirma que “*não se pode inferir que o*

*conhecimento das peculiaridades do objeto autoriza alguma presunção acerca da qualificação técnica. As condições técnicas do licitante independem de requisitos formais e burocráticos dessa ordem”.*⁸

É fato que por meio desse documento comprova-se que a empresa licitante tomou conhecimento das condições do local para o cumprimento das obrigações objeto do certame. Contudo, é sabido que o licitante submete-se às condições estabelecidas no edital, que deve estar de acordo com as disposições gerais da Lei nº 8.666/93. Logo, está obrigado a apresentar proposta compatível com o objeto, a qual deve ser analisada pormenorizadamente pelo ente licitante.

Ou seja, referida providência prévia – visita - **deve ser entendida como um direito do interessado, e não um dever, de forma que basta uma simples Declaração, prestada pela própria empresa, de que conhece as condições de execução do objeto licitado.**

Até porque, o art. 30, inciso III, da Lei n. 8.666/93, dispõe que a documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á à comprovação de que o licitante tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.**

Nessa esteira, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem entendido que “*a Unidade Gestora deve permitir a visita técnica, o que não significa trazer o atestado de visita como condição de habilitação sem uma justificativa plausível para tanto.*”⁹

Logo, verdade é que a exigência de Atestado de Visita Técnica, como forma de demonstrar a qualificação técnica do licitante, para ser legal, **deve estar acompanhada de justificativa indicando quais as especificidades do objeto que levam a tal providência.** Não havendo justificativa, ou sendo a justificativa ilegal, a exigência deve ser suprimida do edital, sob pena de ser declarada ilegal pelo próprio Poder Judiciário.

Não bastassem as ilegalidades já apontadas, o edital guerreado também merece ser corrigido, pois que exige, para a visita técnica, a presença de responsável técnico residente, sem apresentar qualquer justificativa para tanto.

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 16. ed. rev., atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 619.

⁹ TCE/SC. Processo 15/00150700. Rel. Conselheira Sabrina Nunes Oicken. j. 21/06/2017.

2.2.5. Erro formal no edital que impacta na elaboração das propostas.

Ao final, importa apontar um erro material no item 5.4 do edital, mas que se mantido impacta na elaboração das propostas:

5.4. Deverá ser anexado à proposta Portaria de aprovação do modelo dos equipamentos ofertados, expedida pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO, conforme disposto na Portaria nº 544/14 do INMETRO ou outra norma pertinente. (retirar do edital e colocar no contrato).

Veja-se que no edital ora impugnado, que já foi republicado após uma série de retificações decorrentes de questionamentos e/ou impugnações, consta logo após a exigência a anotação entre parênteses para que a obrigação de apresentação da Portaria de aprovação do modelo dos equipamentos pelo INMETRO seja cobrada no momento da contratação, e não junto à proposta.

Muito provavelmente, em razão de um equívoco administrativo, constou como sendo item obrigatório, a ser apresentado junto com a proposta de preços, a Portaria de aprovação firmada pelo INMETRO.

Assim, também neste particular, merece correção o Edital ora impugnado.

3. REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer:

- 1) O recebimento e processamento da presente impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 041/2018, na forma da lei;
- 2) A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia 19 de outubro de 2018;
- 3) O acolhimento da presente impugnação, nos termos da argumentação supra, para que sejam retificados os itens apontados como ilegais e posteriormente seja republicado o Edital, com a reabertura de prazo para apresentação das propostas pelos interessados, na forma da lei.

Para o caso de se julgar improcedente a impugnação o que não se espera, mas s admite a título de argumentação –, requer desde logo a produção de cópia de todo o processo administrativo que compõe a presente licitação, devidamente autenticada, a qual deverá ser entregue ao representante legal da requerente.

Requer, ainda, a produção de todas as provas em direito admitidas.

São os termos em que pede deferimento.

De Joaçaba para Espumoso, em 16 de outubro de 2018.



FOCALLE ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

José D'Agostini Neto
Representante Legal